

PREFÁCIOS DO PROFESSOR  
DOUTOR **NEY FAYET JÚNIOR**  
E DO MINISTRO E PROFESSOR  
DOUTOR **LUIZ FUX**

# **EXAME CRIMINOLÓGICO E PROGRESSÃO DE REGIME:**

as causas sociológicas da divergência entre  
os discursos do Direito e da Psicologia e o seu  
impacto na expansão do poder punitivo

**BRUNO JACOBY DE LAMARE**



**ELEGANTIA  
JURIS**

PORTO ALEGRE, 2018

© 2018, Elegantia Juris, 1ª edição

**CAPA** Thiara Speth

**DIAGRAMAÇÃO** Thiara Speth

**REVISÃO LINGÜÍSTICA** Autor

**REVISÃO TÉCNICA** Patrícia Aragão

Todos os direitos desta edição estão reservados, com base na Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

CIP

Bibliotecária M<sup>a</sup> Isabel Schiavon Kinasz

---

L215 Lamare, Bruno Jacoby de

Exame Criminológico e Progressão de Regime : as causas sociológicas da divergência entre os discursos do Direito e da Psicologia e o seu impacto na expansão do poder punitivo / Bruno Jacoby de Lamare – 1.ed. – Porto Alegre: Elegantia Juris, 2018.

208p.; 23cm

ISBN 978-85-67090-21-4

1. Direito. 2. Psicologia. 3. Execução penal. 4. Poder punitivo.  
I. Título.

CDD 345.05(22.ed)

CDU 344.2

---



**ELEGANTIA  
JURIS**

Publicações jurídicas — Porto Alegre/RS  
elegantiajuris.com.br  
contato@elegantiajuris.com.br  
+55 51 99676.3378

1135002

---

## SUMÁRIO

---

**PREFÁCIO – POR LUIZ FUX | 11**

**PREFÁCIO – POR NEY FAYET JÚNIOR | 15**

**INTRODUÇÃO | 19**

**PARTE I. A RELAÇÃO ENTRE OS MODELOS HISTÓRICOS DE JUSTIFICAÇÃO DA PENA E A EXIGÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO COMO CONDIÇÃO PARA PROGRESSÃO DO REGIME PRISIONAL SEGUNDO A ÓTICA DOS DISCURSOS PREDOMINANTES NO ÂMBITO DO DIREITO E DA PSICOLOGIA | 29**

**1 OS MODELOS HISTÓRICOS DE JUSTIFICAÇÃO DA PENA E SUA RELAÇÃO COM A PROGRESSIVIDADE DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE | 31**

1.1 Os modelos positivos puros de justificação da pena | 31

1.2 Os modelos contemporâneos de justificação da pena | 43

1.3 A crítica aos modelos contemporâneos de justificação da pena | 46

1.4 A concepção agnóstica da pena | 51

1.5 A relação da progressividade da pena privativa de liberdade com os modelos positivos e agnóstico de justificação da pena | 57

**2 A EXIGÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO COMO CONDIÇÃO SUBJETIVA PARA PROGRESSÃO DE REGIME DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE | 65**

2.1 Os contornos normativos e jurisprudenciais, no Brasil, da exigência de exame criminológico como condição subjetiva para progressão da pena privativa de liberdade | 65

2.2 Da posição do conselho federal de psicologia quanto à exigência de exame criminológico para progressão da pena privativa de liberdade | 71

2.3 O discurso dominante no campo da doutrina do direito acerca da exigência de exame criminológico como condição subjetiva para progressão de regime | 77

2.4 O discurso dominante no campo da doutrina da psicologia acerca da exigência de exame criminológico como condição subjetiva para progressão de regime | 83

2.5 Da pesquisa realizada junto a magistrados e psicólogos do estado do rio grande do sul com atuação na área de execução penal quanto à exigência de exame criminológico para progressão de regime | 97

## **PARTE II. OS FATORES SOCIOLÓGICOS QUE EXPLICAM AS DIVERGÊNCIAS ENTRE O DISCURSO DO DIREITO E DA PSICOLOGIA QUANTO À EXIGÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO PARA PROGRESSÃO DE REGIME E A RELAÇÃO DOS REFERIDOS FATORES COM OS MODELOS HISTÓRICOS DE JUSTIFICAÇÃO DA PENA E COM A POSIÇÃO ASSUMIDA PELOS OPERADORES JURÍDICOS | 113**

### **3 A GÊNESE DA RESISTÊNCIA MANIFESTADA PELO CAMPO JURÍDICO AO DISCURSO QUE LHE É EXTERNO – ANÁLISE DA TEORIA SOCIOLÓGICA DO CAMPO JURÍDICO A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DE PIERRE BOURDIEU | 115**

3.1 Os conceitos sociológicos de *habitus* e campo | 115

3.2 O campo jurídico e a sua pretensão de autonomia | 124

3.3 O campo jurídico e a violência simbólica | 131

### **4 A CORRELAÇÃO ENTRE AS CAUSAS SOCIOLÓGICAS QUE EXPLICAM AS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DISCURSOS DO DIREITO E DA PSICOLOGIA QUANTO À EXIGÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO E OS MODELOS HISTÓRICOS DE JUSTIFICAÇÃO DA PENA | 141**

4.1 Identificação e análise crítica dos focos de divergência entre os discursos do direito e da psicologia a partir do exame dos resultados do questionário aplicado | 141

4.2 Da síntese da posição dominante no campo jurídico: a formação inquisitorial dos atores, a lógica de conservação de tal postura e os reflexos da combinação destes fatores na conduta dos magistrados que atuam como agentes legitimadores da expansão do poder punitivo | 157

4.3 Da posição do campo jurídico em um cenário de compreensão da pena em sua concepção agnóstica – a relação entre o discurso crítico quanto à exigência de exame criminológico como condição para a progressão de regime, a predisposição à interdisciplinaridade e o ativismo judicial que visa à redução de danos | 174

**CONCLUSÃO | 189**

**REFERÊNCIAS | 201**